

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.689 - RJ
(2018/0175049-0)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : MICHELLE CRISTINA MACHADO ANUNCIACAO
EMBARGANTE : IRENE ROSA DA SILVA MACHADO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO E OUTRO(S) - RJ104569
MARCELA PORTELA NUNES BRAGA E OUTRO(S) -
DF029929

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO. PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração representam recurso de fundamentação vinculada ao saneamento de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não se prestando, contudo, ao mero reexame da causa.
2. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator